BOLETIM

P R O E A L C

Centro de Ciências Sociais/CCS – Outubro-Novembro-Dezembro de 2015 - ISSN 2175-9103 Nº69

Boletim Número 69
Data: Outubro-Novembro-Dezembro/2015

EDITORIAL

O Boletim nº 69, última edição do ano de 2015, oferece ainda ao público leitor, nas colunas *Em Foco*, um balanço dos principais acontecimentos políticos ocorridos na América Latina no terceiro trimestre de 2015. O primeiro artigo é uma entrevista com o presidente da Bolívia, sob os caminhos do socialismo na América Latina. O segundo artigo versa sobre as consequências do ecocídio do Rio Doce, em Minas Gerais, e a violação de direitos das populações afetadas por esse crime ambiental. O terceiro artigo relembra os 10 anos do não à ALCA que ocorreu na IV Cúpula das Américas, em 2005. O quarto artigo informa sobre o acordo bilateral, assinado entre Venezuela e Bolívia, para colaboração militar até 2025. Por fim, o quinto artigo versa sobre a pesquisa de Grabriel Passetti sobre o genocídio indígena na Argentina e a construção do mito de um país europeizado.

Apresentamos também, nas colunas *Espaço Aberto*, dois artigos de participantes da equipe PROEALC, a saber: 1) "Do 'reformismo forte ao reformismo fraco': o PT e a 'esquerda apta para a ordem' ", de Gabriel F. Oliveira de Mello; e 2) "Movimento Lei e Ordem: a quem serve a criminalização das relações sociais?", de *Maryanna de Souza Moraes.*

Registramos, ainda, que neste número o leitor encontrará uma agenda de eventos e indicações sobre lançamentos de livros com temas afins à linha editorial deste boletim.

Boa leitura,

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ

Dra. Andreia de Souza de Carvalho
Pesquisadora e técnico-administrativa do PROEALC/CCS/UERJ

Em Foco I

"O socialismo é a radicalização da democracia", diz vice-presidente boliviano

Por: Bruno Pavan
06/10/2015

São Paulo (SP).- Em passagem por São Paulo, o vice-presidente boliviano, Álvaro García Linera, esteve nesta segunda-feira (5) na Instituto Lula para participar do seminário “Bolívia: dez anos de transformações políticas, étnicas e sociais”.

Um dos pontos mais debatidos foi o conceito de plurinacionalidade da República Boliviana. Linera apontou que o conceito levou a uma nova arquitetura democrática no país. “O processo começa com o reconhecimento da nação no contexto de uma entidade maior: os povos indígenas são portadores das identidades nacional e estatal, e fazem parte da estrutura política”.

Além disso, Linera apontou para os perigos que os governos progressistas no continente podem correr caso não consigam manter a sociedade civil organizada em torno de pautas populares. “Pensar que quando chegamos ao poder atingirmos o ponto mais alto da luta leva a uma desmobilização social que pode ser tomada pelos setores de direita”.

Abaixo seguem as principais passagens de sua fala:

A plurinacionalidade

Sempre fomos um país que, ao longo da história, foi caracterizado por instabilidade política, golpes de Estado e extrema pobreza. O país mudou bastante nessa década, houve transformações que mudaram a realidade social, a estrutura do Estado e a vida coletiva dos bolivianos.

A maioria indígena do país sempre foi marginalizada por políticas de extermínio, escravatura e a tentativa de reduzir esse povo a guetos. No nosso governo, houve uma mudança no papel dos povos e nações indígenas na sociedade.

A plurinacionalidade foi a inovação política que levou a essa nova arquitetura em que os povos indígenas são um poder do Estado e um passo além do antigo debate do papel das nações dentro do Estado. O processo começa com o reconhecimento da nação no contexto de uma entidade maior, os povos indígenas são portadores das identidades nacional e da identidade estatal, faz parte da estrutura política e da estrutura estatal. E isso não ia dar certo sem uma liderança indígena.

Um exemplo é a que Constituição reconhece uma jurisprudência indígena, que resgata o conjunto de procedimento e lógicas de procedimentos quando lidamos com os crimes. Os indígenas, agora, participam da forma narrativa do Estado, e toda a forma de nacionalismo na América Latina é uma forma de construção da história de um país.

A principal decisão que nos permitira essas mudanças foi a ressignificação do conceito de democracia. Ela passou a ser praticada e entendida não só como a antessala dos processo de revolução, mas o espaço em que ela se desenvolve. Há mais democracia com mobilização da sociedade – ela [a democracia] é o voto, os direitos coletivos e individuais, liberdade e a organização autônoma da sociedade sobre os assuntos comuns. Dessa forma, estamos no debate sobre as formas democráticas na construção do socialismo. Socialismo e democracia não são instâncias distintas, o socialismo é quando a democracia parte do político para o social, é a radicalização da democracia.

Redução de desigualdades

Tivemos também um maior controle da redistribuição da riqueza por parte do Estado. Essa é a base da plurinacionalidade. Nos últimos anos, como aconteceu nos países latinos, 20% dos bolivianos deixou de ser extremamente pobre pra uma renda média e conseguimos erradicar a analfabetização. O Estado começou a agir e a estabelecer créditos a juros zero para pequenos agricultores e comerciantes e, em parceria com a iniciativa privada, construimos casas populares para os mais pobres. Além disso, atacamos a desigualdade através da redistribuição justa de terras. Nos últimos anos mudamos esse regime, o setor empresarial que tinha 36 milhões de hectares e hoje detém 6 milhões, as comunidades indígenas saíram de zero para 23 milhões de hectares e os camponeses tinham 13 e passaram a ter 17 milhões.

Além disso, nos últimos 9 anos o PIB bolivianos cresceu 300%. Mantivemos uma taxa de crescimento de 5% a 5,5% ao ano, e este ano, em plena crise e a queda no preço das commodities, o crescimento será de pelo menos de 4,8%.

Os perigos do processo

Todo o processo não está isento de perigos que desviam ou modificam o progresso. Pensar que ao conseguirmos o poder atingimos o ponto mais alto da luta pode levar a uma desmobilização social e um processo de despolitização que pode ser pego pelos setores de direita e promover uma mobilização social conservadora.

Outro risco é o conservadorismo administrativo, o fetichismo legalista. É preciso obedecer a norma, mas ela não pode estar a acima das decisões construídas pela sociedade. Nós não podemos nos tornar prisioneiros dos técnicos, que parecem ter mais poder que o presidente. A norma deve estar subordinada a sociedade.

Tudo isso pode levar a um processo de despolitização nacional. O povo organizado no poder quer que seus quadros virem políticos e assim uma massa crítica passa da ação social para a administrativa. Isso é necessário, mas é preciso medir os ritmos, porque isso pode fazer com que haja uma perda de lideranças para a sociedade civil que é muito difícil de construir. Um bom administrador público se forma em dois ou três anos, já uma liderança civil pode demorar décadas. A chave é saber equilibrar isso sem perder a força no social.

"**A economia é a política concentrada"**

Nossa experiência apontou que os processos, depois de ter se tomado o poder, são definidos na economia. Lenin dizia que economia é política concentrada. Não há nada que deixe de ser política, uma lei, um investimento, um crédito, uma taxa de juros. É sempre preciso ver nas decisões quem ganha e quem perde com elas. A economia existe desde muito antes de termos chegado ao governo, o mercado, a propriedade, tem 200, 300 anos de história e quando nós nos acomodamos, somos absorvidos e a única forma de superar o peso da tradição e dos poderes anteriores é a audácia.

Um perigo que ameaça um governo revolucionário é fazer na economia aquilo que a direita deveria fazer. Para enfrentar as crises econômicas, a redução da renda, são necessárias medidas, mas não devem ser aquelas que tomariam a direita.

É bom lembrar que, depois de 10 anos, nenhum presidente, vice ou ministro precisa de autorização do banco mundial e do FMI e dos Estados Unidos pra definirmos o nosso próprio destino, mas eles seguem conspirando, porque a direita aprende melhor que a esquerda com suas derrotas.

Fim do ciclo?

A direita vive dizendo que os governos progressistas na América Latina estão chegando ao fim. A novidade é que os setores progressistas e de esquerda estão também apoiando esse discurso e isso é grave. Depois dos nossos governos, não virão novos governos mais revolucionários, mas uma direita ainda mais conservadora. Em 1971 houve um governo progressista na Bolívia. Ele foi atacado pela direita e pela esquerda que buscava o socialismo. A conclusão é que ele caiu e entraram os governos militares. O que deve existir são revoluções a partir dos governos, empurrando os processos existentes, a outra alternativa é a direita e o retrocesso.

Link: http://www.brasildefato.com.br/node/33136

Em Foco II

As vítimas do ecocídio do Rio Doce estão abandonadas e precisam ter seus direitos garantidos

Por: Mariana Parra*
30/12/2015

Quase dois meses depois da catástrofe ambiental no **Rio Doce**, do crime ambiental cometido pelas empresas Vale e BHP, e com a responsabilidade do poder público brasileiro por não ter cumprido seu papel fiscalizador, muitas vítimas de **Mariana** continuam sem saber o que será de suas vidas, sentem-se sozinhas e esquecidas pelo resto do País.

Uma postagem da organização Últimos Refúgios trouxe uma atualização importante e preocupante sobre a situação na região. O relato e as fotos ajudam a termos alguma dimensão de uma situação difícil até mesmo de compreender, tamanha destruição.

Além da falta de água e do enorme risco de contaminação e proliferação de doenças, além dos milhares de desabrigados que ainda não têm uma solução definitiva, milhares de pessoas perderam sua fonte de renda, seu meio de vida, de forma direta ou indireta.

Pescadores, artesãos que fabricavam ferramentas para pesca, produtores rurais, indígenas, professores... Essas pessoas ficarão abandonadas à própria sorte?

Será mesmo que a presidenta da República acredita que liberar o fundo de garantia será suficiente para remediar a situação em que se encontram essas famílias e comunidades?

Como já foi bastante comentado, parece que poucos se deram conta da gravidade da catástrofe ambiental que está matando o Rio Doce e causando um enorme dano à vida marinha.

Uma consultoria americana de gestão de riscos relativos à construção pesada estimou que essa catástrofe bateu três recordes mundiais. Foi o pior desastre do gênero e o maior vazamento de lama já registrado. Outros especialistas já afirmaram que essa catástrofe pode se comparar à Fukushima.

No caso de Fukushima, milhares de pessoas tiveram que deixar suas casas por conta da radiação. No caso do Rio Doce, até quando as vítimas receberão abastecimento de água engarrafada e terão uma solução para seguir suas vidas postergada por medidas paliativas?

As vítimas do Rio Doce devem ser reconhecidas pelo que são: deslocadas internas, pessoas que tiveram e terão que deixar suas casas pela simples impossibilidade de viverem em suas terras e com os meios de subsistência que tinham antes.

Devem ter garantidos seus direitos de receberem abrigo e meios para recomeçarem suas vidas, seu direito a um meio ambiente saudável, à água, à saúde, educação, moradia e renda.

Obviamente, há perdas irreparáveis para essas pessoas e comunidades, dos seus modos de vida e cultura, que tinham relação com sua terra, seu entorno, sua paisagem.

E o restante da natureza, dos seres vivos? Infelizmente não existe remediação e reparação para o assassinato do Rio Doce, para esse verdadeiro ecocídio.

Nessa situação tão triste e desesperadora, a declaração da presidenta da República, de que o rio será recuperado "inclusive tornando-o melhor do que era antes", passa de qualquer limite do absurdo e até mesmo da crueldade, impossível de aceitar.

E o que a presidenta demonstra não é apenas a sua falta de articulação para falar em público e ao público, mas também um discurso muito típico da cultura atualmente dominante, em que temos a ilusão extremamente imatura de que o ser humano pode controlar e manipular a natureza ao seu bel prazer.

Esse pensamento que está trazendo consequências cada vez mais irreversíveis na atual era do Antropoceno. As vítimas do ecocídio do Rio Doce não podem ser esquecidas em meio ao mar de calamidades e escândalos que tomam conta do País e devem ter sua situação e seus direitos reconhecidos, sem rodeios e meias palavras.

À natureza e aos seres vivos que morreram e morrerão nesse ecocídio, podemos apenas ter essa situação como aprendizado e como alerta para esse modelo de desenvolvimento que destrói a natureza, a vida e a nós mesmos.
Podemos lutar contra todas as manipulações e ilusões dessa sociedade do consumismo e da descartabilidade. Como foi comentado durante a COP de Paris, não temos outro planeta para jogar este fora.

*** Doutoranda em Direitos Humanos pela Universidade de Deusto, na Espanha**

Link:http://www.brasilpost.com.br/mariana-parra/as-vitimas-do-ecocidio-do_b_8891768.html?utm_hp_ref=brazil

Em Foco III

10 Anos de Não à ALCA

Por Félix Caballero Escalante*
22/10/2015

"Temos uma dupla missão: primeiro, enterrar a ALCA e o modelo econômico imperialista, capitalista, e depois, companheiros e companheiras, deveremos ser os parteiros do novo tempo, os parteiros da nova história, os parteiros da nova integração, os parteiros da ALBA" (Hugo Chávez, Mar de Plata, 2005)

Nos dias 4 e 5 de novembro de 2005, foi realizada a IV Cúpula das Américas, na cidade argentina de Mar de Plata. Na ocasião, os presidentes do continente, liderados por Hugo Chávez, Néstor Kirchner e Lula, disseram não ao tratado continental de livre comércio proposto pelos Estados Unidos, a chamada Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), uma iniciativa de recolonização continental.

Se inauguraram os anos dourados da vanguarda antineoliberal do começo do Século XXI, promovido por um bloco de governos progressistas (Venezuela, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), que buscaram combater as políticas que atentavam contra a soberania nacional e aprofundava as assimetrias.

O epicentro desse movimento antineoliberal se localiza no eixo Havana-Caracas, sob a direção de Fidel Castro e Hugo Chávez, estabelecendo a Aliança Bolivariana para América (ALBA) fundada no dia 14 de dezembro de 2004, em Cuba [1].

A 10 anos do NÃO à ALCA, nos encontramos num cenário de esgotamento dos modelos proposto por esses governos progressistas, que naquele tempo foram protagonistas no processo de ofensiva contra o neoliberalismo, mas agora se encontram infiltrados por correntes internas e externas, que apostam por um capitalismo "humano" ou "corretamente gestado" na aliança com capitais estrangeiros, cuja variante poderia ser que não só provêm de potências tradicionais mas também de países emergentes, como Rússia e China.

O progressismo, um adjetivo ambíguo

O progressismo em nossos tempos envolve uma ampla gama de tendências políticas, o que nos obriga a fazer uma diferenciação:

Por um lado, existem os progressismos de centro-esquerda que promovem uma administração mais autônoma dos recursos nacionais, sem apontar para uma superação do capitalismo. Por exemplo, os governos do Brasil e da Argentina promovem políticas que reduzem parcialmente as diferenças entre as classes sociais, mas o caráter reformista desses processos populares-nacionais os faz vulneráveis a serem submetidos aos interesses das classes que tradicionalmente se beneficiam do capital estrangeiro.

Por outro lado, existem os progressismos que se reivindicam anti-imperialistas, apesar de estarem ameaçados por correntes que promovem o desenvolvimentismo [2], assumem uma postura propositiva para a superação do capitalismo e do sistema-mundo pauperizador. Exemplos claros deste tipo de posturas são os governos do Equador, Bolívia e Venezuela, que propõem iniciativas que reivindicam o poder popular constituinte e promovem o controle soberano dos recursos naturais para investi-los em políticas sociais e ecológicas, baseadas na filosofia Sumak Kawsay [3].

O neoliberalismo em tempos de polarização

Em paralelo ao esgotamento dos modelos propostos pelos distintos governos progressistas, irradiam do seio do triunvirato (Estados Unidos, Europa e Japão), pilar fundamental da ordem mundial, três megaprojetos que se baseiam nas mesmas premissas do ALCA, mas agora aplicadas numa área geográfica mais ampla e com algumas lições aprendidas dos fracassos em 2005, como a necessidade de reforçar o secretismo das negociações, aplicar uma rigorosidade maior com respeito aos mecanismos de proteção dos investimentos, assim como ampliar a legislação das privatizações dos serviços públicos e das patentes de produção farmacêutica.

Estamos falando do Tratado Transatlântico para o Comércio e os Investimentos (TTIP, por sua sigla em inglês), negociado em segredo entre os Estados Unidos e a União Europeia, o Tratado Transpacífico de Associação Econômica (TPP, por sua sigla em inglês), já assinado por Austrália, Brunei, Chile, Estados Unidos, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Peru, Cingapura, Vietnã, Canadá e México, e o mais amplo em termos de territorialidade, o Acordo Internacional sobre Comércio de Serviços (TISA), que conglomeraria dois terços do comércio mundial de serviços através da aliança de 51 países [4].

O propósito desta contraofensiva neoliberal é o mesmo que se planejaram historicamente desde a Secretaria de Estado dos Estados Unidos, impulsionado através do pan-americanismo desde 1889: alterar as dinâmicas nacionais com a incorporação dos países a uma geopolítica do capital construída por tratados e zonas de livre comércio, negociados de costas para os povos, com a implicação de eliminar as barreiras aduaneiras, levantar as restrições ao capital estrangeiro, forçar os Estados a reduzir o gasto público e social, além de criar mecanismos de proteção aos investimentos estrangeiros, que podem obrigar o Estado a se sentar no banco dos réus num tribunal internacional, por aplicar medidas protecionistas [5].

As incoerências do neoliberalismo

Com a promulgação do Tratado de Marrakesh (1994), que cria a Organização Mundial do Comércio (OMC), os Estados industrializados levaram a economia internacional há um processo paulatino de abertura, satanizando toda iniciativa que pretenda fortalecer as economias nacionais autonomamente, contra os interesses dos capitais transnacionalizados. Apesar disso, com uma atitude hipócrita, os capitalismos de primeira ordem conseguiram se fortalecer unicamente através da implementação de medidas protecionistas promovidas por seus Estados [6].

O Estado, ainda que os ideólogos apologéticos do neoliberalismo o neguem, cumpre um papel fundamental na promoção da ordem neoliberal.

É verdade que este sistema abre as vias para que o capital privado se aproprie das funções principais do Estado, como a manutenção da soberania nacional e a autodeterminação política, o fornecimento de serviços públicos como a água, a eletricidade, a educação, a saúde, a alimentação, a segurança, entre outros.

Não obstante, a teoria neoliberal aponta que a infraestrutura para a mobilidade das mercadorias – aeroportos, portos, estradas, ferrovias e o reforço do aparato coercivo, essenciais para manter a ordem na hora de aplicar os pacotes neoliberais financiados pelos cofres públicos – os que, finalmente, são manejados pela instituição estatal.

O neoliberalismo se baseia num relato mágico promovido por Milton Friedman e seus “Chicago Boys” [7], já que nem a ideia da redução do Estado, nem a concepção de que a abertura aos capitais transnacionais como solução ao “subdesenvolvimento”, foram comprovadas cientificamente.

Para concluir

O progressismo, em sua apresentação reformista ou revolucionária, consegue frear o neoliberalismo, no período entre os últimos anos do Século XX e o começo do Século XXI, com diferentes graus de radicalidade. Entretanto, pelo atual auge das correntes que promovem o mito do "capitalismo humano", talvez porque não puderam desarticular o metabolismo do capital globalizado, tendo como consequência que este se fortaleça, e se adapte às limitações impostas ao seu funcionamento durante essa onda de mudanças e transformações sociais.

As potências capitalistas industrializadas nunca aplicaram os preceitos do neoliberalismo para fortalecer seus aparatos produtivos nacionais. Apesar dos ideõlogos neoliberais promoverem uma economia que não seja um tema tratado pelo Estado, a figura estatal foi, é será um instrumento fundamental para a constituição da ordem neoliberal.

Se observa, dentro dos diversos países onde os processos progressistas avançam, uma espécie de "empate catastrófico" [8], onde existe a presença de uma oposição que tem não só a capacidade de mobilizar um bloco da população contra os projetos antineoliberais, mas também de promover uma proposta programática de um modelo de país diferente da ordem de capitais transnacionais.

Esse empate, a queda nos preços das matérias-primas e as indefinições por parte da direção política dos governos progressistas, permeados por correntes neodesenvolvimentistas, podem por fim ao ciclo de mudanças e transformações sociais e dar um passo na direção da ditadura do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Não obstante, falar do fim de um ciclo atualmente é negar a capacidade dos povos de lutar e reorganizar, de reaglutinar suas forças e avançar, como se coloca como estratégia na Guerra Popular Prolongada, idealizada por Mao Tsé-Tung.

Notas:

[1] Posteriormente denominada Aliança Bolivariana para os povos da Nossa América – Tratado Comercial dos Povos (ALBA-TCP), iniciativa a qual se incorporaram Bolívia, Nicarágua, Honduras (atualmente suspendida devido ao golpe de Estado a Manuel Zelaya em 2009), Equador, São Vicente e Granadinas, Antígua e Barbuda, San Cristóvão e Neves, Santa Lúcia, Dominica e Granada.
[2] Esta tendência toma força devido às condições históricas dos processos de transformação social que apoiaram estes governos, pois é boom dos preços das commodities e posterior redistribuição da renda nacional controlada pelo Estado, proveniente das atividades de extração de recursos, foi a base material para o aumento dos investimentos sociais e do gasto público, que conseguiu reverter muitos dos efeitos da longa noite neoliberal em seus países.
[3] Significa "Bom viver", é uma filosofia que tem como origem a mitologia kichwa, conhecida entre as tribos andinas, aplicada como princípio constitucional no Equador e na Bolívia.
[4] Recuperado no dia 15/10/2015, em: http://www.telesurtv.net/bloggers/TISA-amenazante-secreto-ofensivo-20150…
[5] Este fato sucedeu em diversas oportunidades, por exemplo, no "processo instalado pela empresa estadunidense Phillip Morris contra o Uruguai, pedindo indenização de 2 bilhões de dólares, devido aos anúncios nas caixas de cigarros […] O Equador foi condenado a pagar 2,3 bilhões de dólares à Occidental Petroleum, pela construção de um poço na Amazônia, e a Líbia pagou 900 milhões de dólares em `benefícios perdidos´ num projeto turístico no qual haviam investido 5 milhões de dólares". Recuperado no dia 10/10/2015, em: http://www.telesurtv.net/bloggers/TISA-amenazante-secreto-ofensivo-20150….
[6] Por exemplo, a União Europeia aplica o Pacto Agrícola Comum (PAC), destinando anualmente cerca de 50 bilhões de euros (47% do seu orçamento) para subsidiar a agricultura, assim como os Estados Unidos com a Lei Agrícola "Farm Bill", que nasceu em 2008, com uma dotação de 300 bilhões. Recuperado no dia 8/10/2015, em: http://www.telesurtv.net/bloggers/Naufragio-del-TTIP-20151007-0002.html
[7] Na Venezuela, os chamados IESA Boys são os ideólogos do neoliberalismo dos Anos 80, assessores presidenciais de Carlos Andrés Pérez, a maioria deles formados pelo Instituto de Estudos Superiores de Administração (IESA), que hoje persegue os mesmos objetivos, a formação de quadros políticos tecnocratas de direita.
[8] García, A. Linera (2015) Democracia, Estado, Nação. Editorial Trinchera C.A, Caracas – Venezuela. p.84.

*** Licenciado em Estudos Internacionais.**

Link: http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/10-anos-do-Nao-a-ALCA/6/34804#sthash.ll74QfV5.dpuf

Em Foco IV

Bolíveia e Venezuela firmam acordo bilateral

Por: Gabriel Sandino de Castro *
20/10/2015

O presidente venezuelano Nicolás Maduro reuniu-se com o presidente boliviano Evo Morales, na terça feira passada (dia 13), quando firmaram uma agenda militar para o período de 2015 à 2025. O objetivo desta parceria é fortalecer a Aliança Boliviariana para os Povos da Nossa América (ALBA).

Nicolás Maduro declarou que a cooperação no campo militar dos dois países é fundamental para a Doutrina Latinoamericana Anti–Imperialista. O Presidente venezuelanoafirmou ainda que pretende, juntamente comEvo Morales, sofisticar a Escola de Defesa da ALBA, a fim da aumentar os intercâmbios e as experiências entre os países da Aliança[1].

Evo Morales agradeceu a visita do presidente Nicolás Maduro, declarando estar satisfeito por continuar com o atual Presidente venezuelanoas mesmas relações amistosas que tinha com oex–presidente Hugo Chávez. O Presidente boliviano afirmou que acontecerá uma reunião binacional com Maduro e mais alguns ministros dos dois países em janeiro de 2016. Neste encontro, buscar-se-á discutir as pautas de aprofundamento na cooperação internacional nos âmbitos econômico, comercial e energético[2].

Após a reunião, Nicolás Maduro rechaçou preocupação com a instabilidade política no Brasil, declarando que tanto ele quanto opresidente Evo Morales enxergam uma tentativa de Golpe de Estadocontra a presidente brasileira Dilma Rousseff.

Maduro afirmou que no cenário político brasileiro está se apresentando uma "*nova modalidade de golpe*"[3] e que tanto a Venezuela quanto aBolívia estão dispostas a defender o Governo brasileiro. Após o encontro, os presidentes participaram da Conferência Mundial dos Povos sobre as Mudanças Climáticas, na cidade boliviana deCochabamba[3].

Fontes Consultadas:

[1] Ver:
http://www.la-razon.com/nacional/Morales-Maduro-Plan-bilateral-cooperacion_0_2361963859.html
[2] Ver:
http://www.lostiempos.com/diario/actualidad/nacional/20151014/maduro-y-morales-deciden-fortalecer-apoyo-militar_318990_707622.html
[3] Ver:
http://www.losandes.com.ar/article/maduro-alerta-de-nueva-modalidad-de-golpe-de-estado-contra-la-brasilena-rousseff

***Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (NEPRI/UFU)**.

Link: http://www.jornal.ceiri.com.br/bolivia-e-venezuela-firmam-acordo-bilateral/

Em Foco V

Ser índio na Argentina: uma história de apagamento e genocídio

Em "Indígenas e criollos", o pesquisador brasileiro Grabriel Passetti fala de como os descendentes de espanhóis promoveram uma matança indígena no sul do país para conseguir estabelecer seu domínio do território e criar o mito da Argentina europeizada.

Por: Juliana Cunha
16/10/2015

O livro fala de índios guerreiros que se organizam para revidar a perda de território e poder na Argentina do século XIX. Ele conta desde a adesão do coronel e cacique branco Manuel Baigorria, juntamente com os Ranquel, seus aliados indígenas, às tropas de Urquiza, em 1852, até a rendição do último cacique livre, Saygueque, em 1885. Desse modo, Passetti mostra como a política de Estado de guerra contra os chamados índios bárbaros produziu um desfecho trágico, dizimando populações indígenas inteiras.

Passetti é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e professor de História das Relações Internacionais do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense. Na entrevista abaixo, concedida ao **Vermelho**, ele fala sobre genocídio indígena, construção do imaginário nacional argentino e diferenças entre os índios brasileiros e argentinos.

No livro você fala de como os índios argentinos se uniram para combater os criollos, como eram chamados os descendentes de espanhóis nascidos na América. Como era o cenário político da Argentina nessa época?

Entre 1852 e 1861, a Argentina esteve dividida politicamente entre Buenos Aires e a Confederação Argentina (que reunia todas as demais províncias) por conta de uma disputa a respeito da unificação política e fiscal do país sob o controle portenho. A partir de 1862, o país foi unificado, sob o comando dos liberais de Buenos Aires. Os indígenas que habitavam as regiões pampeana e patagônica mantinham relações econômicas, políticas e sociais com os criollos, mas defendiam sua autonomia e soberania. No período do cisma político, praticamente todos os caciques mais destacados se aliaram à Confederação por acharem o projeto político desse grupo mais afinado com o deles. Isso é, mais integrador, menos hostil e impositor de padrões ditos civilizacionais. Isso não significa que os criollos da Confederação fossem totalmente favoráveis aos indígenas, mas ambos, criollos e indígenas, eram inimigos do grupo de Buenos Aires.

Entre os indígenas, havia intensa miscigenação entre diferentes grupos, predominando as características culturais, sociais e políticas dos Mapuche (uma etnia que se origina no território onde hoje fica o Chile). Havia dois importantes cacicados que organizavam os indígenas da região política e militarmente: o cacicado de Salinas Grandes, sob o comando de Juan Calfucurá, e o cacicado do grupo Ranquel de Leuvucó, cujo expoente mais destacado era Paghitruz Guor.

Quais são as principais diferenças entre as formas de organização dos índios brasileiros e argentinos?

Há muitas diferenças nas formas de organização dos próprios índios brasileiros, o território é imenso.

Mas quanto aos índios dessa região sul da Argentina — que eram muito distintos dos Guarani da província de Misiones, ou de grupos do norte do país —, eles mantinham uma estrutura política, social e econômica centralizada na figura dos caciques, muitos com linhas sucessórias familiares. Eles praticavam agricultura, coletavam e faziam pecuária, mas uma parte essencial de sua atividade era o comércio de gado, criado ou roubado dos criollos, que era vendido em diferentes províncias da Argentina e no Chile, especialmente no século XIX. Esses indígenas também estabeleceram intensa comunicação escrita com os criollos. Os

caciques em geral eram alfabetizados, ou tinham alguém alfabetizado por perto que fazia essa mediação com autoridades civis, militares e religiosas.

No livro você explica As Campanhas do Deserto como sendo um genocídio indígena, mas essas campanhas ainda são muito exaltadas na Argentina como uma vitória. Por que isso acontece? Seria como a nossa relação com os Bandeirantes?

As Campanhas queriam eliminar os indígenas fisicamente e foram muito bem sucedidas nisso. Muitos foram mortos durante as operações militares e outros tantos não sobreviveram ao primeiro ano sob comando criollo, tendo sucumbido ao frio, fome e ferimentos.

As Campanhas são muito exaltadas porque são tidas como o momento em que a Argentina vista como civilizada (Buenos Aires) conseguiu conquistar o território que não era explorado e também vencer resistências histórias que impunham freios ao projeto liberal portenho. As Campanhas ainda são exaltadas por parte dos argentinos, mas há também muita crítica a elas. Estátuas do maior general que as comandou, Julio Argentino Roca, são constantemente pichadas, a nota de 100 pesos que reproduzia quadro laudatório do fato e a face de Roca foi substituída.

Podemos fazer essa aproximação com os bandeirantes por essa compreensão da expansão territorial e da eliminação de resistências ao uso intensivo da terra, mas na Argentina foram campanhas oficiais do Exército, enquanto as ações dos Bandeirantes eram quase sempre empreendimentos privados apoiados por agentes da Coroa Portuguesa.

Como é a influência e a herança indígena na Argentina hoje? Os índios e sua cultura são respeitados de algum modo? Há uma relação dúbia, como no Brasil, onde o índio é visto ao mesmo tempo como um símbolo nacional e um problema a ser resolvido?

Na história e no discurso oficiais, praticamente não há indígenas. Os livros didáticos dedicam pouquíssimas páginas ao período colonial, praticamente não falam sobre os povos pré-colombianos e mesmo sobre o século XIX, e pouco abordam essa questão.

A Argentina construiu sua identidade como um país de brancos descendentes de europeus, um enclave da civilização europeia na América do Sul, o indígena não cabe nesse discurso. Há ainda muitos índios na Argentina, em Misiones e no norte, mas eles não entram nessa imagem nacional e são em geral muito mal vistos. Portanto, nem essa relação idealizada com o índio eles têm.

Link:
http://www.m.vermelho.org.br/noticia/ser_indio_na_argentina_uma_historia_de_apagamento_e_genocidio/271562-376

Espaço Aberto I

Do "reformismo forte ao reformismo fraco: O PT e a "esquerda apta para a ordem"

Por: **Gabriel Felipe Oliveira de Mello ***

"Se o político é historiador (não apenas no sentido de que faz a história, mas também no de que, atuando no presente, interpreta o passado), o historiador é um político; e neste sentido (que, de resto, aparece também em Croce), a história é sempre história contemporânea, isto é, política." Antonio Gramsci, Cadernos do Cárcere

Em tempos de crise há cada vez mais necessidade dos setores progressistas da sociedade se voltarem a história para tentar compreender de certa forma o presente atual, longe de termos uma concepção de "História Magistra Vitae"[i] onde o presente é determinado exclusivamente pelo passado, a ponto de podermos projetar o futuro ao ter contato com o passado histórico. Não obstante, ter conhecimento da História e de seu processo nos ajuda em grande medida a entender questões do tempo presente. Nesse sentido, para se fazer uma boa análise política do Brasil atual é necessário ter noção da história política e social recentes do país.

De fins da ditadura civil-militar (1964-1985) para os dias atuais, há "personagens" que passaram a ser de grande importância na vida política e social brasileira, o que cria uma grande necessidade de estudo e análises aprofundadas dos mesmos. O Partido dos Trabalhadores não é diferente, desde a década de 1980 o PT se tornou o maior partido de esquerda da América Latina e a partir de 2002 o partido dirigente do país, através do governo Federal, fazendo com que sua importância e influência no Brasil seja maior e mais forte que no passado recente. Não só o PT, mas também seu "expoente máximo", o operário do ABC paulista, o metalúrgico, Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, que sem dúvida alguma ainda é uma das maiores lideranças políticas do país.

Partindo das premissas descritas acima e se valendo dos conceitos de "reformismo forte" e "reformismo fraco" propostos pelo economista André Singer no livro "Os sentidos do Lulismo"[ii], o presente artigo busca discutir ao longo do texto o processo de transformismo político onde o Partido dos Trabalhadores, em sua gênese e crescimento ao longo dos anos 1980, sai de um "partido contra a ordem", para utilizar a terminologia gramsciniana, sendo assim um partido anticapitalista, passando por um processo ao longo do final dos anos 1990 e seu período já no governo federal, nas presidências de Lula (2002-2010) e Dilma (2010- atual) que o levou a cada vez mais torna-se um "partido da ordem", levando assim a um processo de intensificação de seu transformismo político a partir do segundo governo Dilma, a partir de 2014.

O Partido dos Trabalhadores emerge na década de 1980 como resultado direto de uma confluência de lutas político-sociais em fins da ditadura civil militar, principalmente decorrente das greves que explodem no Brasil nos anos de 1978/1979, se um por um lado havia a necessidade da reorganização da esquerda em um novo molde partidário, pensando na superação do modo organizativo dos antigos PCs, podemos observar também, nos valendo das reflexões de Iasi (2012)[iii] , que houve um salto na consciência de classe em certas frações da classe trabalhadora que confluíram para um maior modo organizativo de sua luta, para além dos sindicatos, ou seja, em um partido que pudesse ser a real representação e "voz" dos trabalhadores, nesse caso o PT.

Como nos mostra Singer (2012) e Iasi (2012) o PT não se conformou como um partido revolucionário nos moldes do antigo PCB, mas num novo partido, de correntes e de massas, próximo do que foram os partidos social-democratas da Europa, não obstante, naquela altura mantinha uma proposta claramente de esquerda anticapitalista e classista, com pretensões de realizar grandes reformas estruturais no país, que pudessem dar sustentação a projetos mais radicalizados de democracia.

No chegar da década de 1990 o PT claramente havia se consolidado como um grande partido de esquerda, ancorado em grandes movimentos sociais, sendo os maiores e mais destacados o Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST e a Central Única dos Trabalhadores – CUT, sendo assim o maior opositor das políticas neoliberais privatizantes da era FHC (1994-2002), nesse período o partido ainda mantinha seu caráter de "partido contra a ordem" todavia já dava sinais de burocratização e grande pragmatismo, como podemos ver no episódio da eleição de 1998, no estado do Rio de Janeiro, quando a direção nacional passa por cima do diretório estadual do RJ para garantir o apoio a candidatura de Antony Garotinho, na época PDT, para governador do estado.

Podemos observar também certa mudança no partido ao longo das resoluções dos encontros nacionais e congressos, que cada vez mais mostravam e mostram a adaptação do partido a ordem capitalista institucional, se utilizando dos movimentos sociais apenas como correia de transmissão de sua política institucional, ou mesmo os episódios de expulsões e rachas no partido; tais como a expulsão da Convergência Socialista em 1992, dando origem ao PSTU, a saída do grupo em 1995 que viria dar origem o PCO e em 2004 o grupo que daria origem ao PSOL, ou mais recentemente, em 2014, a saída da Esquerda Marxista do PT.

Os episódios descritos são uma amostra de como o PT cada vez mais se conformava a ordem institucional e estava disposto a seguir uma linha mais pragmática para garantir cargos e candidatos nas campanhas eleitorais, a linha de esquerda passava a ser conformada e moldada para manter ganhos na política

institucional/ eleitoral, evitando assim o máximo possível qualquer tipo de movimentação mais radicalizada por parte dos movimentos sociais ligados ao partido. Nesse sentido podemos concordar com Fontes (2014)[iv] quando a história afirma que o PT se tornou uma "esquerda apta para a ordem", onde toda suas resoluções e política são sempre revistas para garantir a chamada "governabilidade" e segurança institucional, ou seja, pode haver um certo discurso de radicalização, mas ele é sempre recuado em nome de uma "estabilidade".
Se nos anos 90' o PT já dava amostras de burocratização e pragmatismo político, nos anos seguintes, já no poder da presidência da república esse processo se intensifica, levando o PT a se tornar de fato um "partido da ordem". Em 2003 com a aprovação da Reforma da Previdência proposta pelo próprio governo, por exemplo e em 2015 com a aprovação da Lei Anti-terrorismo, são alguns sinais claro da adequação à ordem institucional por parte do partido.

O cada vez maior entrelaçamento do PT com PMDB, partido fisiologista, que carrega o que tem de mais atrasado na política também é uma amostra da conformação à ordem, ou mesmo a aprovação do nome de Joaquim Levy no início de 2015 para Ministro da Fazenda. Pode-se falar que há uma diferença entre o partido PT e o governo, todavia essa linha é muito tênue, o partido evidentemente dá base para o governo e garante sua defesa, então mesmo havendo diferenças e oposições dentro do partido não tem porquê haver uma separação total entre os dois numa análise política.

Com o crescente transformismo político do PT ao longo de seu governo, gera-se uma frustração em grande medida em sua "base mais tradicional", o que leva o partido a ter que procurar novas bases sociais para ampliar seu número de votos e apoio ao governo. Como nos mostra Singer (2012) se o PT até os anos 90 era um partido de esquerda em grande medida presente nas camadas médias, setores intelectuais, estudantis e frações da classe trabalhadora urbana, já no segundo governo Lula (2006-2010) esse fato não se verifica, a principal base de apoio se dá nos setores mais super explorados da classe trabalhadora, que minimamente conseguiram sair da linha da pobreza por conta das políticas públicas de assistência e combate a miséria do governo Lula, tais como o bolsa família.

É fato que após 8 anos de governo Lula muita coisa havia mudado no país, principalmente dentro da consciência da classe trabalhadora, se o programa do PT na década de 1980 pode ser chamado de projeto "reformista forte", o governo Lula manteve em grande medida contornos de um "Reformismo Fraco", todavia a um custo de levar o PT a se tornar um "partido da ordem", apassivando sindicatos e movimentos sociais e não fazendo uma real disputa de hegemonia dentro da sociedade brasileira. Evidentemente que mesmo se tornando um "partido da ordem" o PT não se torna a "mesma coisa" do PSDB ou de outros partidos da ordem; por seu histórico, base popular e direção operária, mesmo que burocratizada, acabam fazendo diferença em relação a outros partidos, inclusive no trato que tem com movimentos sociais e certo compromisso com pautas progressistas.

Com a queda do preço das commodities a partir de 2011 e o sucessivo ganho de espaço político do PMDB na cena política federal e o aumento do ataque da mídia e setores da classe média ao governo e uma "expansão" do sentimento anti- PT em grandes setores da classe trabalhadora, inclusive em setores que tiveram aumento de renda ao longo dos governos PT, o partido cada vez mais não consegue responder a essas pressões políticas, dando cada vez mais concessões ao grande capital.

Ora, há até tentativas de alguns setores do partido de levar o mesmo para alguma radicalização e real reconexão com a classe trabalhadora, porém como um todo, não existe essa pretensão, apenas uma pretensão de estabilização e se manter no âmbito institucional. Se em todo esses anos de governo não mobilizaram suas bases e nem disputaram a consciência da classe trabalhadora, nem realizaram reformas estruturais necessárias para manter um partido de origem operária como o PT no poder como agora conseguirão superar esse problemas agora? No mínimo soa como farsa; o "pacto" do Lulismo, não passa da ilusão da conciliação de classes, num momento de aumento de exportações e lucros.

A burguesia brasileira, de matriz escravocrata e dependente, não aceita mais o governo PT, foi útil durante um tempo, mas não interessa mais um partido de matriz operária e popular no poder, mesmo que esse dê cada vez mais concessões ao capital. Com o processo de transformismo político do PT para "partido da ordem" não se conseguiu, nem se teve pretensão de um real disputa de hegemonia na sociedade e é nesse momento de crise que aqueles que o PT tanto "ajudou" serão seus maiores coveiros no âmbito do governo federal.

*** Graduando em História pela UERJ e pesquisador bolsista no Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC).**

Espaço Aberto II

Movimento Lei e Ordem: a quem serve a criminalização das relações sociais?

Por: Maryanna de Souza Moraes *

No presente artigo, objetivamos conectar a massificação do discurso punitivista no Brasil com o Movimento Lei e Ordem - escola criminológica advinda de setores neoconservadores estadunidenses alinhados com a perspectiva neoliberal. Tal discurso é canalizado por meio da mídia, quer por força de interesses econômicos como o da privatização da segurança pública, quer pelas próprias contradições do sistema capitalista que tem na criminalização uma de suas peças-chave. É impossível enfrentar esse problema criminal sem incidir na estrutura da sociedade capitalista, que tem necessidade de desempregados e, por motivos ideológicos e econômicos, de uma marginalização criminal. (Baratta, 1999, p. 190)

Nos últimos meses de 2015 as páginas de jornais e as redes sociais estiveram abarrotadas de manchetes e comentários em defesa do controle situacional de jovens, em sua maioria negros, que eram detidos pela polícia em ônibus que vinham de bairros periféricos em direção às praias da Zona Sul do Rio de Janeiro, sob a justificativa de evitar arrastões. Tais opiniões quase sempre eram acompanhadas de um discurso moralizante da questão criminal, bem como das já frequentes críticas aos ditos "defensores dos direitos humanos" que "atrapalham" o trabalho da polícia na conclusão do ciclo de encarceramento, por empecilhos tais como a maioridade penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Propunham pautas similares às da reacionária escola criminológica: i) o delinquente como um sujeito disfuncional à sociedade; ii) expressão do crime como uma conduta voluntária negativa dos “interesses sociais superiores”; iii) a crença na ideologia do tratamento e, por conseguinte, a defesa leis mais rigorosas e a crença na prisão como instituto reformador do indivíduo; iv) resgate do olhar patologizante do crime, mesclando-se com o racismo estrutural arraigado na sociedade brasileira.

Nos anos 70 alguns criminólogos passaram a defender o abandono das políticas criminais ditas demasiadamente brandas, rechaçando a criminologia crítica e os movimentos sociais. Assumia-se uma concepção “linha dura” do fenômeno delitivo, em detrimento das políticas do Estado de bem-estar social.
Tais modificações em fundamentos criminológicos corriam em paralelo com (e em decorrência de) mudanças socioeconômicas avalizadas por uma ideologia neoconservadora, de matriz nacionalista e religiosa, sob a liderança da britânica Thatcher e do estadunidense Reagan.

As principais recomendações políticas e econômicas dos neoconservadores e neoliberais eram a repressão dos movimentos progressistas iniciados nos anos 60 e 70 e do Estado de bem-estar, quer nos seus valores de laicização e humanização, quer na sua política econômica de investimentos sociais.
A teologia neoliberal traduziu-se em políticas de privatização sistemática impostas principalmente por governos demasiadamente frágeis para opor-se às recomendações de órgãos hegemônicos como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, mesmo que tais políticas não se coadunassem com seus problemas econômicos.

A base dessa “revolução” conservadora se constitui na recusa a gastos estatais – embora o aumento estrondoso da dívida privada denuncie que se gastou muito mais, no entanto os recursos foram alocados em funções chamadas “tradicionais” pelos neoconservadores, como gastos militares, por exemplo.
Certos autores chegaram a responsabilizar o Estado benefactor por seu efeito dissolutivo da família “de verdade”, culpando, por exemplo, a assistência social a mães solteiras pelo nascimento de filhos fora do casamento, supostamente mais tendenciados à conduta desviante.

Como nos ensina Anitua (2008, p. 771): insistia-se em um pessimismo sobre a ação coletiva. A segurança passaria a ser um bem disponível no mercado, o que chegaria, certamente, à administração das prisões. As demandas dos trabalhadores e das classes historicamente marginalizadas foram apresentadas às camadas médias como economicamente irracionais e injustas com os interesses da sociedade em geral. (Anitua, 2008, p. 766) A ausência aguda em relação ao social aconteceu, não por coincidência, simultaneamente à

imposição de culpabilidade a um “outro” com cor, classe e endereço. O que, por sua vez, constitui pedra fundamental na construção de uma cultura política que legitimasse a “mão de ferro” em matéria penal e também na intensificação do o racismo estrutural e institucionalizado.

A construção desta cultura política é a chave para compreender o processo ideológico subjacente de estereotipar também o “não-delinquente”, o selecionado pelo poder econômico como “cidadão de bem”. Com efeito, os ditos “cidadãos” não enxergariam o reforço do aparelho repressivo do Estado como algo que, em alguma hipótese, poderiam afetá-los negativamente. Mais polícia ostensiva significava neutralização dos “outros”, os “perigosos”.

Não obstante o positivismo fosse criticado a partir de pressupostos liberais, recupera-se a concepção positivista do crime enquanto patologia para justificar o fato de que os delinquentes são sempre os mesmos. Os “outros” eram sujeitos “objetivamente” identificáveis.

O resgate do olhar patologizante do crime amplia o espectro punitivista, ao passo que mitiga garantias jurídicas conquistadas nos passados séculos revolucionários. O determinismo coaduna-se muito bem com as soluções de “senso comum”. Defendia-se o combate a qualquer iniciativa de “ação afirmativa” e de distribuição de renda aos mais “limitados”. O psicólogo Richard Herrnstein, em parceria com James Q. Wilson, escreveria o livros abertamente racistas, chegando a fazer recomendações de técnicas eugênicas.

O Movimento Lei e Ordem assume-se enquanto oposição ao discurso da criminologia crítica, por eles chamado de leniente. Pretende-se de forma expressa acabar com o “tratamento brando”. Aspira-se um retorno à “criminologia da vida cotidiana”, ao que cidadãos comuns entenderiam como bem e mal, em detrimento de grandes teorizações a respeito do fenômeno social delitivo. Centra-se sobretudo na prevenção do delito enquanto escolha racional. Com denominações de cunho moral tão marcante, são previsíveis as consequências desastrosas advindas da despolitização da questão criminal. Volta-se ao conceito de homem individualista *hobbesiano*, bem como ao utilitarismo e retributivismo.

Expandindo-se de forma drástica e orientando-se pela manipulação de medos, tal modelo descambaria no fomento ao controle intenso e violento dos grupos considerados “de risco”. Intervenções urbanísticas que impedissem “os outros” de adotarem comportamentos inconvenientes aos “cidadãos de bem” receberiam o nome de “controle situacional”. Nesse sentido, Anitua (2008, p. 788) nos ensina:

> Não seria de estranhar, pois, que a união entre preclaros fanáticos religiosos e morais de qualquer tipo, capitalistas inescrupulosos e ávidos de aumentar seus lucros, burocratas estatais e midiáticos, e amplos setores da população manipulados pelo medo, recorresse a pensamentos em grande medida racistas e baseados no preconceito.

As tão propagadas inovações nas propostas de uma nova legislação penitenciária não parecem destinadas a mudar decisivamente a natureza das instituições carcerárias, ao contrário, parecem aprofundá-las. Vai-se na contramão da comprovação de que não há relação entre o superencarceramento e o controle da violência urbana, visto que o aumento da massa carcerária no Brasil, segundo dados do Ministério da Justiça, foi de 575% entre os anos de 1990 e 2014, e os clamores punitivistas, materializados pela campanha pela redução da maioridade penal e maior rigor nas penas, só aumentam a cada ano.

Em momentos de incerteza e de precariedade como o atual parece relevante fazer alguns exercícios de memória. No que concerne à segurança pública, muitas velhas ideias são tiradas do baú empoeirado das recordações. O curioso é que elas são apresentadas muitas vezes como novidades, a redução da maioridade penal e a pena de morte estão neste contexto. A comunidade carcerária tem, nas sociedades capitalistas contemporâneas, características constantes, predominantes em relação às diferenças nacionais e que permitiram a construção de um verdadeiro e próprio modelo, resumido no fato de que institutos de detenção produzem efeitos contrários à reeducação e à reinserção do condenado, visto que exames clínicos realizados com os clássicos testes de personalidade mostraram os efeitos negativos do encarceramento.

Frente a essa realidade de falência do sistema penitenciário, em um contexto de acirramento das mazelas da reprodução das relações sociais sob a hegemonia do capital financeiro, não temos motivos para estar otimistas, uma vez que a privatização da segurança pública se apresenta com cada vez mais fôlego como (falsa) solução de questões estruturais. À massa “com cor, endereço e classe” para a qual não há lugar no mercado, resta o extermínio.

*** Graduanda da Faculdade de Direito da UERJ e pesquisadora bolsista no Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC).**

Referências bibliográficas

ANITUA, Gabriel Ignacio. (2008). **História dos pensamentos criminológicos.** Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, ICC. Coleção Pensamento Criminológico, nº 15.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal:** introdução à sociologia do direito penal. [Tradução Juarez Cirino dos Santos]. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos: Instituto Carioca de Criminologia, 1999

Agenda Acadêmica

10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política

Data: 30 de agosto a 02 de setembro de 2016
Local: Belo Horizonte, no Hotel Ouro Minas
Link: http://plataforma9.com/congresso/10o-encontro-da-associacao-brasileira-de-ciencia-politica/

O 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) terá lugar na cidade de Belo Horizonte, no Hotel Ouro Minas, de 30 de agosto a 02 de setembro de 2016. Com o Tema Geral "Ciência Política e a Política: Memória e Futuro", o Encontro celebra os trinta anos de fundação da ABCP e os vinte anos de sua efetiva organização no âmbito nacional.

Entre avanços e desafios que marcam o presente contexto da democracia brasileira, o 10º Encontro da ABCP pretende abordar as dimensões complexas e os aspectos contraditórios da relação entre a Ciência Política – campo de produção de conhecimento, de pesquisa e de ensino – e a Política em geral, esteja esta relacionada com as transformações da comunidade política e de suas instituições, com as relações de poder e os conflitos na sociedade, com as diferentes formas de ação coletiva e cooperação, ou ainda com as políticas públicas, seus processos decisórios, sua implementação e posterior avaliação.

Chamada de Trabalhos

Somente poderão fazer a inscrição de trabalhos (artigos e pôsteres) os/as associados/as da ABCP que, no momento da submissão de propostas, estiverem em dia com todas as anuidades a partir de 2013 (inclusive). Caso o proponente não seja associado ou não esteja em dia com as taxas relativas às anuidades, o sistema não processará a inscrição. No 10º Encontro, os associados poderão, assim, propor trabalhos individuais (ou em parceria com coautores) sob a forma de artigos ou pôsteres.

Prazos de submissão

— Submissão de Artigos e Pôsteres: 15/09/2015 a 30/11/2015
— Submissão de Mesas pelos coordenadores de cada Área Temática (AT): 15/01/2016 a 01/03/2016
— Submissão de propostas de Sessões Especiais à Comissão Organizadora: 15/01/2016 a 01/03/2016

São aceites trabalhos (artigos e pôsteres) nas seguintes línguas: português, espanhol e inglês. Os respectivos autores e coordenadores/debatedores deverão indicar claramente o idioma em que o trabalho será apresentado.

Conferencia Mundial Conjunta sobre Trabajo Social, Educación y Desarrollo Social 2016

Fecha: 27 al 30 de junio en 2016
Local: centro de convención y exhibición COEX en Seúl, Corea.
Link: http://www.swsd2016.org/

Nos es un gran gusto invitarle a la Conferencia Mundial Conjunta sobre Trabajo Social, Educación y Desarrollo Social 2016 (SWSD 2016, por sus siglas en inglés), que tendrá lugar del 27 al 30 de junio en el centro de convención y exhibición COEX en Seúl, Corea.

Tras su primera celebración en Francia en 1928, esta conferencia bienal viene celebrándose en diferentes países siendo así el encuentro de mayor relevancia internacional en el campo. Por primera vez en la historia de la conferencia, Corea tiene el honor de hospedar la edición 2016.

Bajo el lema de "Promover la dignidad y el valor del ser humano", la conferencia consistirá en 5 sesiones plenarias y más de 30 simposios y talleres, además de 150 sesiones simultáneas y exposiciones de pósteres, durante las cuales aproximadamente 2,000 tesis serán presentadas. Asimismo, los programas adicionales como las exhibiciones, cenas, tours y visitas técnicas servirán como un espacio festivo y fructífero donde los trabajadores sociales de todo el mundo podrán aprender el uno del otro e intercambiar ideas entre sí, disfrutando a pleno del tiempo.

Esperamos que la edición SWSD en Seúl se convierta tanto en una plataforma académica y de intercambio, como en un punto de cambio para el sector de la asistencia social de Corea. Contaremos con su interés y activa participación para la exitosa preparación de este evento.

Fechas importantes

Apertura de la convocatoria para presentar resúmenes y propuestas - **16 de marzo de 2015**
Apertura de la convocatoria para presentar propuestas de los simposios o talleres - **31 de agosto de 2015**
Cierre de la convocatoria para presentar resúmenes individuales - **31 de octubre de 2015**
Notificación de los resúmenes seleccionados - **30 de noviembre de 2015**
Cierre de la inscripción anticipada - **30 de abril de 2016**

Lançamentos

MONTENEGRO, Marília. Lei Maria da Penha: uma análise criminológico-crítica. Rio de Janeiro, REVAN, 2015.

A questão da violência contra a mulher é o tema central do livro Lei Maria da Penha: uma análise criminológico-crítica, escrito por Marilia Montenegro, professora de Direito Penal da Universidade Federal de Pernambuco. A obra é resultado de sua tese de doutorado, para a qual ela reuniu dados baseados num extenso trabalho de campo junto a mulheres vítimas de agressões e abusos praticados por seus maridos e companheiros. O livro já está nas livrarias de todo o Brasil.

Marilia explicita a contradição da Lei Maria da Penha, que ao invés de cumprir o seu papel primário – o de proteger a vítima – tem, na verdade, contribuído para a perpetuação do ciclo de violência doméstica contra a mulher. Segundo a autora, boa parte das mulheres se veem desencorajadas a buscar ajuda ao descobrir que

a denúncia pode punir gravemente o autor da agressão, que geralmente é um parente por quem elas têm uma relação afetiva, proporcionando um lar ainda mais desestabilizado.

BOULOS, Guilherme. De que lado você está? Reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil. São Paulo, Editora Boitempo, 2015.

Segundo o próprio autor, De que lado você está? "é uma obra de intervenção, que propõe saídas à esquerda para os desafios que a explosiva conjuntura brasileira nos oferece". Boulos não pretende criar consensos, mas sim tomar partido no dissenso, desconstruindo o preconceito e a cultura do comodismo, transmitidos por família, amigos, escola, igreja e mídia e absorvidos pela sociedade em geral. "A burguesia brasileira pede um Estado mínimo e enxuto para o povo, mas desde sempre teve para si um Estado máximo. Privatizar os lucros e socializar o prejuízo, esta é sua diretriz", afirma.

Expediente

Reitor
Prof. Ricardo Vieiralves de Castro
Vice-reitora
Prof. Paulo Roberto Volpato Dias
Sub-reitora de Graduação
Profª Lená Medeiros de Menezes
Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron
Sub-reitora de Extensão e Cultura
Profª Regina Lúcia Monteiro Henriques
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Léo da Rocha Ferreira
Coordenadora do PROEALC
Profª Silene de Moraes Freire

Editoras Responsáveis
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Dra. Andreia de Souza de Carvalho
Coordenação de Produção
Andreia de S. de Carvalho *(PROEALC/CCS/UERJ)*
Thaís Nascimento *(PROEALC/CCS/UERJ)*
Colaboradores
Gabriel F. O. de Mello (PROEALC/CCS/UERJ)
Maryanna de S. Moraes (PROEALC/CCS/UERJ)
Diagramação
Andreia de S. de Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)
Rodrigo Gomes (FAETEC/UERJ)
Revisão
Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.